



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 – CENTRO/SP - CEP: 01045-903
FONE: 2075-4500

PROCESSO	2020/00233 (apenso CEESP-PRC-2020/00198)		
INTERESSADA	Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo		
ASSUNTO	Recredenciamento da Instituição		
RELATORA	Cons ^a Iraíde Marques de Freitas Barreiro		
PARECER CEE	Nº 378/2022	CES	Aprovado em 16/11/2022

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO

O Diretor Presidente da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, pelo Ofício EP 12/2020, protocolado em 16/06/2020, solicitou a este Conselho o recredenciamento institucional, nos termos da Deliberação CEE 147/2016, vigente à época do protocolo (fls. 03).

Ressalte-se que o Processo CEESP-PRC-2020/00198 (apensado aos autos) trata de pedido de aprovação de novo Regimento da Escola do Parlamento e os 2 processos (Regimento e Recredenciamento) tramitam juntos, para que o Relator que analisa o pedido de Recredenciamento se manifeste também sobre a regularidade diretiva em relação ao normatizado pelo novo Regimento.

Este procedimento foi incorporado à Deliberação CEE 202/2021 (que revogou a Deliberação CEE 57/2006), **que dispõe sobre a Direção das Instituições de Ensino Superior jurisdicionadas a este Conselho** (homologada por Resolução SEDUC de 30/07/2021, DOE 03/08/2021). No caso em tela, o pedido de novo Regimento foi protocolado sob a vigência da Deliberação CEE 57/2006.

Dados Institucionais

Mantenedora	Câmara Municipal de São Paulo
Sede	Palácio Anchieta, Viaduto Jacareí, 100, Sala 1302 A, Bela Vista, São Paulo, SP
Criação e organização (principais atos)	Ato da Mesa Diretora 1.311/2011, DOE 01/02/2011 Lei Municipal 15.506/2011, de 13 de dezembro de 2011 Lei Municipal 17.153, de 17 de agosto de 2019 (reorganização administrativa)
Credenciamento	Parecer CEE 480/2015, Portaria CEE/GP 450/2015, DOE 20/11/2015, por 5 anos
Diretor Presidente	Prof. Dr. Alessandro do Nascimento Santos
Cursos de Especialização autorizados	"Legislativo e Democracia no Brasil" (Parecer CEE 480/2015, alteração Parecer CEE 106/2017) Legislativo, Território e Gestão Democrática na Cidade (Parecer CEE 41/2019) Direito Administrativo Contemporâneo (Parecer CEE 85/2020)

O pedido de recredenciamento institucional não foi protocolado com a antecedência de 6 meses requerida na Deliberação CEE 147/2016 (vigente à época). A Deliberação CEE 183/2020 prorrogou, até 31/12/2021, os prazos dos atos regulatórios das Instituições de Educação Superior vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, devido ao surto global da Covid-19, citando os atos de recredenciamento, reconhecimento e renovação do reconhecimento, que venceriam até 31/12/2020. Não elencou o ato de credenciamento institucional, portanto, há necessidade de convalidação de atos.

Foram enviados os seguintes documentos: histórico e dados institucionais (de fls. 05 a 18), relatório analítico (fls. 19 a 60), Plano de Desenvolvimento Institucional / PDI (fls. 61 a 77).

Os autos deram entrada na Assessoria Técnica deste Conselho, em 25/06/2020 e após verificação da documentação, foram enviados à CES para designação da Comissão de Especialistas, em 04/03/2021 (fls. 81).

Em 23/07/2021, cópia de Regimento foi juntada às fls. 93 a 102, que é objeto de análise do Processo CEESP-PRC-2020/00198 (apenso).

A Portaria CEE-GP 303, de 03/11/2021 designou os Professores Alex Coltro e Anésia Sodré Coelho para emitir Relatório circunstanciado (fls. 105).

O Relatório da Comissão de Especialistas foi juntado às fls. 133 a 149, após ajustes. Os autos retornaram à AT para Informação Final, em 05/04/2022.

1.2 APRECIÇÃO

A Deliberação CEE 147/2016, vigente à época do protocolo do pedido, tratava de credenciamento de escolas de governo, instituições de pesquisa científica ou tecnológica, ou de natureza profissional no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, bem como, sobre a aprovação e validade de cursos de especialização por elas oferecidos.

A seguir, informações retiradas dos autos:

Missão (fls. 14)

Constitui missão precípua da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo contribuir para o fortalecimento e a consolidação da democracia brasileira e do papel institucional do Poder Legislativo Municipal.

Objetivos Institucionais (fls. 14)

- Oferecer ao Parlamentar e aos servidores subsídios para identificarem a missão do Poder Legislativo para que exerçam de forma eficaz suas atividades;
- Propiciar a possibilidade de complementação de estudos, com ênfase em educação para a cidadania e para a democracia, em todos os níveis de escolaridade;
- Oferecer aos servidores públicos de todos os níveis e modalidades da administração pública direta ou indireta, conhecimentos básicos e especializados no campo do Poder Legislativo e das Políticas Públicas;
- Desenvolver programas de ensino, em formato de palestras, seminários, cursos livres, cursos de extensão universitária e cursos de pós-graduação (aperfeiçoamento e especialização) objetivando a formação e a qualificação de quadros especializados, lideranças comunitárias e políticas;
- Estimular a pesquisa técnico-acadêmica voltada à Câmara Municipal em cooperação com outras instituições de ensino;
- Integrar o Programa Interlegis do Senado Federal e outras iniciativas envolvendo escolas do legislativo, propiciando a participação de Parlamentares, servidores e agentes políticos em programas de formação especializados;
- Realizar eventos, seminários e encontros acadêmicos e de difusão científica e cultural, no âmbito de suas competências.

Inserção Regional (fls. 15 a 18)

A Câmara Municipal de São Paulo, mantenedora da Escola do Parlamento Paulistano, é a maior Casa Legislativa da América Latina e exerce forte liderança e influência na modelagem e funcionamento das demais Edilidades nacionais e mesmo internacionais.

A Escola do Parlamento inscreve-se num conjunto razoavelmente robusto de Escolas Superiores e Centros de Formação ligados ao poder público municipal.

Concomitantemente, a Escola do Parlamento é partícipe da Associação Paulista de Escolas do Legislativo – APEL, formando uma rede de instituições especificamente vinculadas às Câmaras Municipais paulistas e à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Essa dupla conexão instaura, para a Escola do Parlamento, um duplo mandato de inserção regional: por um lado, a Escola se orienta para a colaboração e cooperação nas ações de formação geral e especializada de quadros da administração pública, sobretudo em alinhamento e convergência com as iniciativas empreendidas por outras escolas de administração pública, governo e contas públicas da municipalidade. Por outro lado, a Escola do Parlamento se inscreve num esforço municipal e regional de formação política e cidadã, comprometido com a ampliação do grau de letramento político da população e com o fortalecimento da participação social e da democracia brasileira.

Coerentes com essa lógica, a Escola do Parlamento desenvolve suas ações de formação presenciais dentro da Cidade de São Paulo e colabora com ações envolvendo Câmaras Municipais e Escolas de Legislativo espalhadas pelo Estado de São Paulo, mobilizando os seus instrumentos de comunicação e interação a distância.

No formato presencial, a maior parte dos cursos ocorre na própria sede da Escola do Parlamento, localizada no Palácio Anchieta. Todavia, em parceria com outras entidades do poder público e da sociedade civil organizada, a Escola do Parlamento também realiza ações de formação em espaços parceiros, como a Escola Superior de Gestão e Contas Públicas, a Escola Municipal de Administração Pública, Associações e Entidades de direitos humanos, entre outros.

Capacidade financeira e administrativa (fls. 13)

A Escola do Parlamento é uma unidade administrativa interna da Câmara Municipal de São Paulo. Deste modo, seu orçamento é vinculado ao orçamento global da nobre Edilidade Paulistana que, por sua vez, é parte do orçamento do Município de São Paulo.

Todas as aquisições de bens e serviços de natureza administrativa e pedagógica são sustentadas por recursos do Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal de São Paulo – FECAM.

O Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal de São Paulo foi instituído pela Lei 13.548, de 1º de abril de 2003, e tem sua operacionalização consubstanciada pelo Decreto 44.463, de 05 de março de 2004, e pelo Ato 847/2004, da Egrégia Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Paulo, de 08 de maio de 2004.

Os valores estabelecidos para o desembolso de despesas da Escola do Parlamento, nos últimos cinco anos, estão descritos na tabela abaixo. Informações consolidadas e atualizadas da execução orçamentária do Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal de São Paulo são publicadas mensalmente nos portais de transparência da Câmara Municipal de São Paulo e no Diário Oficial da Cidade.

Exercício	Orçamento aprovado
2015	R\$ 896.300,00
2016	R\$ 995.900,00
2017	R\$ 1.220.150,00
2018	R\$ 860.000,00
2019	R\$ 800.000,00
2020	R\$ 920.000,00
Média do quinquênio	R\$ 920.005,00

Descrição das Instalações Físicas

A Escola do Parlamento está localizada nas dependências do Palácio Anchieta, edifício-sede da Câmara Municipal de São Paulo. Para o desenvolvimento de suas atividades, a Escola do Parlamento conta com espaços especializados e espaços compartilhados com as outras estruturas do Poder Legislativo Municipal.

Instalação	Observações
1 Sala de Secretaria Acadêmica e Atendimento ao Público	Uso exclusivo
1 Sala da Diretoria com espaço compartilhado para Projetos de Inovação	
Centro de Comunicação Institucional – Suporte Multimídia	Uso compartilhado
Centro de Comunicação Institucional – Comunicação Impressa	
Centro de Tecnologia da Informação	
Estúdios de TV – TV Câmara	
Ouvidoria da Câmara Municipal	
Biblioteca	
Arquivo Geral e Centro de Memória	
Equipe de Taquigrafia e Revisão	
Equipe de Planejamento (Contratações, Licitações)	
Equipe de Gráfica	
Equipe de Expedição e Distribuição de Correspondências	
Equipe de Garagem e Frota	
Equipe de Zeladoria	

Biblioteca

A Biblioteca da Câmara Municipal compõe, juntamente com a Equipe de Documentação do Legislativo e o Arquivo Geral, a Secretaria de Documentação – SGP 3. O esforço conjunto desses setores é responsável pela organização e disponibilidade de um acervo que combina livros, documentos bibliográficos do acervo da Biblioteca, legislação municipal, proposituras, projetos de lei, dados referentes a vereadores, requerimentos

e relatórios das comissões temporárias da Câmara, artigos e matérias, documentos históricos, audiências públicas e contas do Município.

Com mais de 240 mil itens, os bancos de dados da Secretaria de Documentação podem ser consultados on-line no site: <http://www.saopaulo.sp.leg.br/biblioteca/> e, à exceção de itens do acervo de raridades, todos estão à disposição dos usuários cadastrados e do público em geral, incluindo os alunos matriculados em cursos e atividades da Escola do Parlamento.

De fls. 45 a 55, consta bibliografia de livros físicos disponíveis para as necessidades acadêmicas específicas da Escola do Parlamento, além de coleção de periódicos em formato digital.

Relatório Quinquênio 2015 a 2020

Processo de avaliação anual dos objetivos e metas e quadro com síntese de resultados, de fls. 20 a 23.

Objetivos e metas para o quinquênio 2015-2019:

- qualificar a atuação de parlamentares e servidores do Poder Legislativo, ampliando sua capacidade de resposta às demandas da sociedade;
- atuar para a consolidação da democracia, mediante ações voltadas à ampliação do grau de formação e letramento político da população paulistana;
- formar quadros especializados no campo dos estudos legislativos, incentivando a consolidação de capacidades de liderança política e social de alto impacto no setor público e na sociedade civil;
- atuar para a ampliação das capacidades técnicas e políticas dos quadros da Administração Pública, com ações de formação na área das Políticas Públicas e do Funcionamento do Estado Brasileiro;
- colocar à disposição da sociedade, conhecimento elaborado e validado na área da Ciência Política, dos Estudos do Legislativo e das Políticas Públicas, por meio impresso e digital;
- instituir Política de Avaliação Institucional Anual, com vistas à reflexão sobre o desenvolvimento organizacional da Escola do Parlamento;
- formular e Implementar um conjunto de Políticas Institucionais, com ênfase na melhoria dos processos e resultados da Escola do Parlamento.

Atividades Formativas

- Cursos de curta duração/capacitação, com carga horária e docente, de fls. 25 a 33:

Modalidade de atividade	2015	2016	2017	2018	2019
Palestras	1.269	1.164	1.211	1.268	2.069
Seminários	391	311	261	342	168
Cursos Livres	610	1.261	1.013	1.301	1.201
Cursos Extensão Universitária	555	724	731	784	209

- Extensão universitária, às fls. 34:

2015	Coordenação
Políticas Públicas: da Agenda à Avaliação - Módulo I	Prof. Dra. Gabriela Lotta
Políticas Públicas: da Agenda à Avaliação - Módulo II	
Educação e Cidadania - Turma 3	Profa. Dra. Silvia Carvalho
Educação e Cidadania - Turma 4	
2016	
Introdução ao Direito Constitucional	Profa. Dra. Tatiana Seferjan
Introdução ao Direito Constitucional - 2ª Edição	
Políticas Públicas: da Agenda à Avaliação – Ed. 2016	
Federalismo e Políticas Públicas	Profa. Dra. Marta Arretche
2017	
Participação e Controle Democrático do Poder Público	Prof. Dr. Wagner Romão
Formação Política para Estagiários da CMSP	Prof. Mateus Novaes
Partidos Políticos no Brasil	Prof. Dr. Glauco Peres
2018	
Formação de Conselheiros Tutelares	Profa. Ms. Ilza Valeria Jorge
Formação Política para Estagiários	Prof. Mateus Novaes
Funcionamento e Atuação dos Tribunais de Contas e do Legislativo	Prof. Dr. Alessandro Santos
2019	
10º Encontro de Estudos das Origens da Filosofia Contemporânea	Prof. Dr. Alessandro Santos
Relações Raciais na Escola	Prof. Dr. Alessandro Santos

- Cursos de Aperfeiçoamento, às fls. 34:

Turma 2016	Coordenação
Poder Legislativo, Controle Externo e Políticas Públicas	Prof. Dr. Alexsandro Santos Profa. Dra. Barbara Popp
Turma 2017	
Poder Legislativo, Controle Externo e Políticas Públicas	Prof. Dr. Alexsandro Santos Profa. Ms. André Galindo

- Cursos de Especialização, às fls. 34:

Turma 2016	Coordenação
Legislativo e Democracia no Brasil (Parecer CEE 480/2015, alteração Parecer CEE 106/2017)	Prof. Dr. Leonardo Barbagallo
Turma 2017	
Legislativo e Democracia no Brasil (Parecer CEE 480/2015, alteração Parecer CEE 106/2017)	Prof. Ms. Gustavo Dias
Turma 2020	
Legislativo, Território e Gestão Democrática da Cidade (Parecer CEE 41/2019)	Prof. Ms. Gustavo Dias

Alunado (fls. 35)

Público atendido	
2015	2.855
2016	3.520
2017	3.276
2018	3.755
2019	3.677

Ao analisar a distribuição das matrículas em cada ano por modalidade de atividade, identificamos uma concentração de matrículas em atividades no formato palestra e, em segundo lugar, na modalidade de cursos livres. No ano de 2019, por razões relacionadas à reorganização da escola do Parlamento, os seminários e os cursos de extensão universitária foram ofertados em menor quantidade e alcançaram um público menor em comparação com a série histórica.

Modalidade de Atividade	Público por ano				
	2015	2016	2017	2018	2019
Palestras	1.269	1.164	1.211	1.268	2.069
Seminários	391	311	261	342	168
Cursos Livres	610	1.261	1.013	1.301	1.201
Cursos Extensão	555	724	731	784	209
Cursos Especialização	30	60	60	60	30
Total	2.855	3.520	3.276	3.755	3.677

A distribuição do alunado por gênero, grau de escolaridade, faixa etária encontra-se de fls. 36 a 38.

Cursos de curta duração/capacitação oferecidos 2015 a 2019

Modalidade de atividade	2015	2016	2017	2018	2019
Palestras	1.269	1.164	1.211	1.268	2.069
Seminários	391	311	261	342	168
Cursos Livres	610	1.261	1.013	1.301	1.201
Cursos Extensão Universitária	555	724	731	784	209

Corpo Docente (fls. 38 a 41)

Os docentes vinculados de modo permanente à Escola do Parlamento são aqueles que a) integram o Quadro de Pessoal Legislativo (QPL), como servidores efetivos; b) integram o Quadro de Pessoal Legislativo Complementar (QPLC), como servidores em cargos comissionados ou de livre provimento em comissão; c) estão credenciados mediante Termo de Cooperação Técnica celebrado entre a Escola do Parlamento e outras instituições de ensino superior e/ou pesquisa.

Atualmente, compõem o corpo docente permanente da Escola do Parlamento 9 (nove) professores com titulação de doutorado, 11 (onze) professores com titulação de mestre e 02 (dois) professores com titulação de especialistas (fls. 38). O nome e endereço do currículo constam às fls. 39.

Os Docentes Credenciados para palestras, seminários, cursos livres para o biênio 2020-2021 estão elencados às fls. 41.

Organograma (fls. 42)

São cargos e funções permanentes: Diretor-Presidente, Diretor- Acadêmico, Diretor-Executivo, Coordenadores (2), Auxiliar de Secretaria (3), Assistente Legislativo (2), Estagiários (4).

Políticas de Educação Inclusiva (de fls. 56 a 58)

Reconhecendo a necessidade de promover a democratização efetiva do acesso e da participação plena de todas as pessoas nas atividades de formação e produção de conhecimento que realiza, a Escola do Parlamento iniciou, em 2019, uma reflexão sistematizada sobre a educação inclusiva.

As frentes que serão fortalecidas são: acessibilidade atitudinal, acessibilidade arquitetônica ou física, acessibilidade comunicacional, acessibilidade instrumental, acessibilidade metodológica.

Políticas de Acompanhamento de Egressos (fls. 59)

Para os egressos de cursos de aperfeiçoamento e especialização utilizada uma ferramenta de questionário eletrônico, aplicada em 3 etapas:

- Imediatamente após a conclusão do curso, coletando dados da avaliação da experiência formativa e de possibilidades para a aplicação dos conhecimentos adquiridos pelo estudante em sua vida pessoal e profissional.
- Três meses após a conclusão do curso, coletando dados sobre o uso e a aplicação dos conhecimentos adquiridos e sobre a participação (ou não) do estudante em outros cursos da Escola após a conclusão do primeiro curso.
- Doze meses após a conclusão do curso, coletando dados sobre a aplicação dos conhecimentos adquiridos e sobre a progressão acadêmica, em cursos de especialização, mestrado ou doutorado.

Os egressos de cursos livres respondem apenas as 2 primeiras etapas

Políticas de Monitoramento da Evasão (fls. 60)

São monitorados 3 indicadores: frequência às aulas, desempenho nos processos de avaliação, realização das atividades acadêmicas complementares exigidas nos cursos.

Mensalmente, os professores que ministram aulas nos cursos de pós-graduação, em diálogo com a coordenação acadêmica do curso, efetuam o levantamento dos estudantes em risco de abandono e evasão, com base nos indicadores acima descritos.

Na estratégia de mitigação de risco, os estudantes identificados no processo de acompanhamento podem ter acesso a três tipos de apoio:

- a) Atendimento de orientação acadêmica com a coordenação;
- b) Elaboração de plano de atividades complementar para recuperação/revisão de conteúdos de ensino;
- c) Reclassificação ou Transferência (matrícula em outra turma do mesmo curso, ou matrícula em curso correlato, a partir de avaliação das aprendizagens com vistas ao aproveitamento de estudos já realizados e decisão da coordenação acadêmica).

PDI (fls. 61 a 77)

Programas estratégicos para o quinquênio 2020-2024, de fls. 65 a 67.

Programa de Qualificação e Formação Continuada do Corpo Docente e do Pessoal Técnico-Administrativo, às fls. 68.

Projeto de Atualização e Renovação Permanente dos Acervos (impresos e eletrônicos), às fls. 69.

Plano de Expansão das Atividades de Pós-Graduação, de fls. 70 a 76.

Projeto de Expansão e Melhoria da Infraestrutura Existente, às fls. 77.

Da Comissão de Especialistas (fls. 133 a 149)

Os Especialistas analisaram o recredenciamento institucional com base na Deliberação CEE 147/2016, vigente à época do protocolo. A visita presencial aconteceu em 19/11/2021, por meio de reuniões com a direção, a coordenação, os docentes, os discentes, responsáveis pela secretaria escolar, biblioteca e

funcionários.

Do relatório, ressaltamos:

- Perfil da Instituição: Com avaliação positiva.

“Instituição possui referência em educação política para a democracia e para a cidadania, reconhecida pelos servidores públicos, pelos agentes legislativos e pelas lideranças da sociedade civil com perfil de subsidiar sua atuação técnica e política de modo consistente e eficaz.”

“Percebeu-se que a Instituição se posiciona dentro de um universo rico em oportunidades; promissor frente as possibilidades; com traços desenhados e bem definidos, diante de um cenário exigente de competência, desenvoltura e expertise; e assim, vem construindo a sua história, levando com êxito, o olhar do Parlamento a se cruzar com o olhar das pessoas a exercerem a cidadania.”

- Atendimento às recomendações realizadas no último Parecer de Recredenciamento da Instituição:

“As recomendações do último Parecer de Credenciamento, foram todas atendidas (...)”

- Projeto da Instituição: Os Especialistas transcrevem as principais atividades desenvolvidas e apontam a falta de prática de autoavaliação institucional.

“Políticas de Ensino

(...)

Esses cursos foram coordenados pelos Profs. Drs. Gabriela Lotta, Silvia Carvalho, Tatiana Seferjan, Wagner Romão, Glauco Peres, Alessandro Santos, Mateus Novaes; pela Profa. Ms. Ilza Valeria Jorge e pelo Prof. Especialista Mateus Novaes, e atendem satisfatoriamente a comunidade, tendo alcançado a casa de milhares de participantes; entre eles, destacam-se os servidores públicos das esferas estadual e municipal.”

“Políticas de Educação Inclusiva para pessoas com deficiência e de Responsabilidade Social (...)”

“Atividades de Extensão junto à Comunidade (...)”

“Auto avaliação Institucional

Inexiste ainda a prática da auto avaliação institucional.”

- Organização acadêmica:

“Conta com 3 (três) cursos de especialização aprovados, (...)”

“Os docentes/palestrantes das atividades desenvolvidas pela EP possuem titulação de Doutor, Mestre ou Especialista com larga experiência na respectiva área de atuação. Os docentes são contratados através de um processo seletivo público, descrito em detalhes no Regimento da EP. Colaboram com as atividades desenvolvidas, os quadros profissionais e técnicos da própria Câmara Municipal de São Paulo.

Qualificação atual do corpo docente

Os docentes atendem plenamente a Deliberação CEE nº. 145/2016.

Programas de Formação continuada

A Instituição usufrui de grande experiência na oferta de cursos livres, de extensão e de aperfeiçoamento, assim como tem se desenvolvido bem nos cursos de pós-graduação. Todavia restam alguns pontos em aberto, a saber: Sobre a forma de contratação do corpo docente para o curso de pós-graduação, constatamos que há dúvida razoável manifestada pela direção, sobre a conveniência ou não de criação pela EP de cargo público de professor para o referido curso, tendo em consideração o caráter, não repetitivo e transitório de suas ofertas de cursos.”

“Os docentes/palestrantes das atividades desenvolvidas pela EP possuem titulação de Doutor, Mestre ou Especialista com larga experiência na respectiva área de atuação. Os docentes são contratados através de um processo seletivo público, descrito em detalhes no Regimento da EP. Colaboram com as atividades desenvolvidas, os quadros profissionais e técnicos da própria Câmara Municipal de São Paulo.

Regimento da Instituição

O Regimento da Escola do Parlamento foi definido pelo Ato 1459 da Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Paulo, atualizado com a correção estabelecida pelo Ato 1520/2021, e se apresenta conforme às necessidades dos cursos ofertados pela instituição à comunidade brasileira.”

- Organização administrativa: Com avaliação positiva.

“A estrutura de gestão institucional é significativamente enxuta. Além dos três diretores já citados, possui um coordenador acadêmico e uma vaga incompleta para coordenador executivo. Nenhum professor permanente, e dois funcionários na secretaria acadêmica de pós-graduação. Aparentemente, tal estrutura tem sido suficiente para os desafios vigentes

Servidores Técnicos Administrativos

Foi possível constatar que os Servidores fazem parte da mantida, e atendem a instituição, desde a sua criação. São eles os responsáveis pela secretária, laboratório, biblioteca e infraestrutura.”

- Políticas de apoio pedagógico e financeiro aos discentes: Com avaliação positiva, verificadas ações de apoio

pedagógico (orientação acadêmica, atividades de recuperação e possibilidade de reclassificação/transferência) e acompanhamento de egressos.

- Capacidade de infraestrutura (física, acadêmica e tecnológica): Com avaliação geral positiva, apontando para necessidade de atualização de computadores.

“Infraestrutura Física

A comissão constatou em boas condições a infraestrutura Física, pois utiliza os recursos da Câmara Municipal de São Paulo, talvez a mais rica e equipada do país.

Biblioteca

O local destinado para a biblioteca mostra-se adequado e se encontra em boas condições de limpeza, iluminação e acústica. A biblioteca conta com vários computadores destinados a pesquisa, disponibilizados aos alunos, mesas de leitura individuais e em grupo. A responsabilidade da biblioteca é da bibliotecária-chefe, que conta com várias auxiliares, e que atuam no período diurno e noturno. De forma geral, os itens da Bibliografia encontram-se em quantidades e diversidade abaixo da expectativa para o número de vagas oferecidas e para o atual número de alunos matriculados no curso.

Como fragilidade pode se destacar a ausência de um sistema informatizado de consulta e reserva de livros, integrado ao portal da instituição, bem como a inexistência de bases de dados eletrônicos, e ainda um sistema eletrônico/magnético de vigilância e segurança do acervo.

O espaço físico destinado à biblioteca pareceu-nos adequado, tendo em vista as atuais condições de oferta de cursos

Laboratórios, Ambientes e Cenários para Práticas Didáticas

Adequados, porém como fragilidade foi constatado e referendados pelos servidores os computadores obsoletos e estrutura antiga.

Recursos Tecnológicos e de Áudio Visual

Adequado – moderno/atualizado

Acessibilidade e Atendimento Diferenciado às pessoas com deficiência

Adequado

Espaços de Convivência e Alimentação

Satisfatório

Salas de Aula

Adequada e com equipamentos de multimídia satisfatório

Insumos novos (somente no caso de credenciamento)

Nada foi identificado quanto a este tópico” (gg.nn.)

- Organização orçamentário-financeira:

“Conforme consta dos documentos disponibilizados à equipe e confirmada pelos diretores, a EP dispõe de boa capacidade financeira para o desenvolvimento de suas atividades, através de dotação orçamentária anualmente aprovada pela Mesa Diretora da Câmara.”

- Reuniões para esclarecimentos e coleta de opiniões:

“Reunião com a Equipe de Gestão

A reunião contou com a presença dos três Diretores(...) que relataram a trajetória percorrida, desde a criação da Instituição, elaboração do projeto de Credenciamento até os dias atuais de Recredenciamento. Percebeu-se entrosamento e afinidade entre Presidente e Diretores Acadêmico e Executivo quando conduzem de forma harmoniosa suas diferentes tarefas, e realizam satisfatoriamente as atividades previstas e planejadas pela instituição, pautadas no rigor da legalidade.

Reunião com os Coordenadores dos cursos de Pós-graduação

Os coordenadores dos cursos aprovados pelo CEE e oferecidos pela instituição, revelaram conhecimento e ampla experiência na área, demonstrando-se profissionais satisfeitos e realizados em suas funções. Relataram os critérios na escolha dos professores do curso, como indicadores: titulação com formação na área do conhecimento e da prática que iriam atuar; bem como, reuniões na organização e produção do curso. O que foi corroborado pelos professores que citaram e demonstraram que houve participação e muita discussão coletiva durante a elaboração do PPC dos respectivos Cursos.

Reunião com os Docentes

Compareceram à reunião quatro professores da Instituição, que relataram sobre as disciplinas que lecionam e como desenvolvem suas tarefas pedagógicas. Todos são professores concursados em outras instituições, mas prestam relevante trabalho nas atividades que realizam em sala de aula, junto aos Cursos de Pós-graduação em nível de especialização. Assinalaram as condições favoráveis que usufruem na estrutura física e nos recursos pedagógicos disponibilizados, de última geração; bem como, o perfil do aluno que encontra em sala de aula, motiva o debate, o diálogo, o enfrentamento de ideias, e conseqüentemente a aprendizagem.

Reunião com os Alunos

A dinâmica envolvente no clima da aprendizagem foi referendada pelos oito alunos que participaram

da reunião; sendo uma, representante de sala. Destacaram as titulações dos professores e o notório saber que conduzem suas aulas. Revelaram o contentamento em ser alunos da Escola do Parlamento e a credibilidade da instituição reconhecida no contexto social, em especial, em suas comunidades de atuação. Elencaram como fragilidade: a falta do olhar institucional da Câmara e a dependência política da Câmara; o material não impresso e a estrutura do RH. Destacaram também, com ponto favorável, o rigor dos critérios adotados no processo seletivo.

Reunião com Funcionários

Os quatro funcionários que participaram da reunião fazem parte da mantida há muitos anos, e atendem a instituição, desde a sua criação. São eles os responsáveis pela secretária, laboratório, biblioteca e infraestrutura. Assinalaram como fragilidade os computadores obsoletos e estrutura antiga. Declararam-se satisfeitos e realizados em suas funções.”

Os Especialistas finalizaram seu Relatório com manifestação favorável ao Recredenciamento:

“(...) Finalmente, levando em conta a importância social da instituição e sua vocação; a documentação apresentada; a análise dos autos do processo; a visita às instalações e dependências da instituição; e das informações prestadas pelos diversos agentes institucionais em reuniões, esta Comissão manifesta-se FAVORÁVEL ao Recredenciamento da Escola do Parlamento, da Câmara Municipal de São Paulo, nos termos do projeto apresentado e submetido ao CEE/SP.”

Considerações Finais

A Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo foi muito bem avaliada pela Comissão de Especialistas ao considerar sua relevância social, a formação oferecida pelos cursos, a aderência dos docentes, a documentação apresentada, as instalações e dependências da Instituição. A Escola do Parlamento possui política de acompanhamento da evasão e de egressos. No período de 2015 a 2019 desenvolveu entre 2.885 a 3.677 atendimentos ao público por meio de suas atividades, como palestras, seminários e cursos livres, dentre outras. As recomendações do último Parecer de Credenciamento foram todas atendidas.

O pedido de recredenciamento institucional não foi protocolado com a antecedência de 06 meses requerida na Deliberação CEE 147/2016 (vigente à época). A Comissão destaca como fragilidade a ausência de um sistema informatizado de consulta e reserva de livros, integrado ao portal da instituição, bem como a inexistência de bases de dados eletrônicos. Considera relevante, ainda, a criação de um sistema eletrônico/magnético de vigilância e segurança do acervo, além da necessidade de substituir computadores obsoletos.

Em 28/09/2022 foi encaminhada Diligência à Escola do Parlamento solicitando informações sobre carga horário dos cursos, organograma da instituição, políticas de monitoramento, organização administrativa e adequação do regimento às Deliberações deste Conselho. As respostas e informações da Instituição às demandas apontadas na Diligência estão devidamente especificadas e detalhadas, entre as páginas 176 e 191 do Processo Sem Papel, possibilitando parecer favorável ao pedido de Recredenciamento da Escola do Parlamento.

O novo Regimento da Escola do Parlamento foi aprovado pelo Parecer CEE 314/2022, Portaria CEE-GP 412/2022, DOE 09/09/2022, nos termos das Deliberações CEE 141/2016 e 57/2006, a última, vigente na data do protocolo do pedido e revogada pela Deliberação CEE 202/2021, que dispõe sobre a Direção das Instituições de Ensino Superior vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo.

Para fins de atendimento ao Parecer CEE 314/2022, a Instituição entregou declaração de que seu novo Regimento atende plenamente à Deliberação CEE 202/2021.

A declaração encontra-se às fls. 195, no CEESP-PRC-2020/00198 (apenso ao processo de recredenciamento), às fls. 103 e 104.

2. CONCLUSÃO

2.1 Aprova-se, nos termos da Deliberação CEE 147/2016, vigente à época do protocolo, o pedido de Recredenciamento Institucional da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, pelo prazo de cinco anos.

2.2 Convalidam-se os atos acadêmicos praticados no período em que a Instituição permaneceu sem Recredenciamento.

2.3 O presente Recredenciamento tornar-se-á efetivo por ato próprio deste Conselho, após homologação deste Parecer pela Secretaria de Estado da Educação.

São Paulo, 06 de novembro de 2022.

a) Cons^a Iraíde Marques de Freitas Barreiro
Relatora

3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR adota, como seu Parecer, o Voto da Relatora.

Presentes os Conselheiros Bernardete Angelina Gatti, Cláudio Mansur Salomão, Décio Lencioni Machado, Eliana Martorano Amaral, Iraíde Marques de Freitas Barreiro, Jacintho Del Vecchio Junior, Pollyana Fátima Gama Santos e Rose Neubauer.

Sala da Câmara de Educação Superior, 09 de novembro de 2022.

a) Cons^a Eliana Martorano Amaral
Presidente da Câmara de Educação Superior

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara de Educação Superior, nos termos do Voto da Relatora.

Sala “Carlos Pasquale”, em 16 de novembro de 2022.

Cons. Roque Theophilo Júnior
Presidente

PARECER CEE 378/2022	-	Publicado no DOE em 17/11/2022	-	Seção I	-	Página 34
Res. Seduc de 17/11/2022	-	Publicada no DOE em 18/11/2022	-	Seção I	-	Página 31
Portaria CEE-GP 506/2022	-	Publicada no DOE em 19/11/2022	-	Seção I	-	Página 33